

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO**

LUSIMAR CATARINA DE OLIVEIRA DE NOVAES


**ESTUDO DE CASO SOBRE A CONCEPÇÃO DOS PROFESSORES
DE UMA ESCOLA INFANTIL EM PARANAÍ – PR, QUANTO A
RELEVÂNCIA DA AVALIAÇÃO NA PRÁTICA PEDAGÓGICA**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA

2018

LUSIMAR CATARINA DE OLIVEIRA DE NOVAES



**ESTUDO DE CASO SOBRE A CONCEPÇÃO DOS PROFESSORES
DE UMA ESCOLA INFANTIL EM PARANAÍ – PR, QUANTO A
RELEVÂNCIA DA AVALIAÇÃO NA PRÁTICA PEDAGÓGICA**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino – Polo UAB do Município de Paranaíba, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

Orientador: Me. Cidmar Ortiz dos Santos.

MEDIANEIRA

2018



TERMO DE APROVAÇÃO

ESTUDO DE CASO SOBRE A CONCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE UMA ESCOLA INFANTIL EM PARANAÍ – PR, QUANTO A RELEVÂNCIA DA AVALIAÇÃO NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Por

Lusimar Catarina de Oliveira de Novaes

Esta monografia foi apresentada às 19:30... h do dia 01..... de **junho..... de 2018** como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino – Polo de Paranaí, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho **aprovado.....**

Prof^a. Me. cidmar Ortiz dos Santos...
UTFPR – Câmpus Medianeira
(orientadora)

Prof Dr. . Henry Charles Albert D Naidoo Terroso De Mendonca
Brandao.....
UTFPR – Câmpus Medianeira

Prof^a. Ma. .Clizeide Matos.....
UTFPR – Câmpus Medianeira

Dedico este trabalho a direção, à supervisora e a todos os professores da Educação Infantil do Centro Municipal de Educação Infantil Cecilia Vicchiatti Giovine, pelo apoio e colaboração e para que possam refletir sobre suas práticas pedagógicas de avaliação.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos.

A minha família, pela orientação, dedicação e incentivo nessa fase do curso de pós-graduação e durante toda minha vida.

Ao meu orientador Me. Cidmar Ortiz dos Santos pelas orientações ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço aos professores do curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, professores da UTFPR, Campus Medianeira.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

A todos vocês meu muito obrigado!

“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre”.

(PAULO FREIRE)

RESUMO

Novaes, Lusimar Catarina de Oliveira de. ESTUDO DE CASO SOBRE A CONCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE UMA ESCOLA INFANTIL EM PARANAÍ – PR, QUANTO A RELEVÂNCIA DA AVALIAÇÃO NA PRÁTICA PEDAGÓGICA. 2018 (40 de folhas). Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2018.

O presente trabalho, intitulado, ESTUDO DE CASO SOBRE A CONCEPÇÃO DOS PROFESSORES DE UMA ESCOLA INFANTIL EM PARANAÍ – PR, QUANTO A RELEVÂNCIA DA AVALIAÇÃO NA PRÁTICA PEDAGÓGICA, tem como objetivo identificar as concepções de avaliação utilizadas numa escola e analisar se as mesmas estão de acordo com os documentos legais que organizam a educação nesta instância, e se é realmente adequada para acompanhamento da aprendizagem e desenvolvimento das crianças na educação infantil. Realizada uma pesquisa estudo de caso, exploratória de caráter qualitativo, com coleta de dados a partir de questionário aplicado a oito professores, atuantes do berçário ao Jardim I, visando analisar a prática pedagógica de avaliação. A fundamentação teórica se baseia em autores como Hoffmann, Luckesi, Ortiz e Carvalho, entre outros que abordam a temática, especificamente na educação infantil; bem como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96; o Referencial Curricular para Educação Infantil (1998); Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (2009). E também constam neste estudo o contexto histórico da avaliação e as diferentes concepções de avaliação. Concluindo que embora no questionário alguns profissionais não explicitem a concepção por ele utilizada, mas em conformidade com os conhecimentos adquiridos do referencial teórico de renomados autores como Hoffmann e Luckesi, a mais utilizada é a concepção mediadora e que esta conduz a uma avaliação que proporciona o acompanhamento da aprendizagem e desenvolvimento da criança. Além de esta concepção levar em consideração o embasamento legal.

Palavras-chave: Acompanhamento. Desenvolvimento. Aprendizagem. Crianças. Professor.

ABSTRACT

Novaes, Lusimar Catarina de Oliveira de, CASE STUDY ON THE CONCEPTION OF THE TEACHERS OF A SCHOOL CHILDREN IN PARANAVAÍ - PR, AS THE RELEVANCE OF EVALUATION IN PEDAGOGICAL PRACTICE.2018 (40 folhas). Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2018.

The present work, entitled CASE STUDY ON THE CONCEPTION OF THE TEACHERS OF A SCHOOL CHILDREN IN PARANAVAÍ - PR, AS THE RELEVANCE OF EVALUATION IN PEDAGOGICAL PRACTICE, aims to identify the conceptions of evaluation used in the school. And analyze whether they are in accordance with the legal documents that organize education in this instance, and whether it is really adequate for monitoring the learning and development of children in early childhood education.

A qualitative exploratory case study was carried out, with data collection from a questionnaire applied to eight teachers, from nursery to Garden I, aiming to analyze the pedagogical practice of evaluation. The theoretical foundation is based on authors such as Hoffmann, Luckesi, Ortiz and Carvalho, among others that approach the subject, specifically in the infantile education; as well as the Law of Guidelines and Bases of National Education 9394/96; the Curriculum Framework for Early Childhood Education (1998); National Curriculum Guidelines for Early Childhood Education (2009). . And this study includes the historical context of the evaluation and the different conceptions of evaluation. In conclusion, although in the questionnaire some professionals do not explain the conception they use, but in accordance with the knowledge acquired from the reference framework of renowned authors such as Hoffmann and Luckesi, the most used is the mediator conception and that this leads to an evaluation that provides the monitoring of children's learning and development. In addition to this conception take into account the legal basis.

Keywords: Follow-up. Development. Learning. Children. Teacher.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Número de Criança Atendida Conforme Área Determinada pela Resolução 0162/05-SESA	26
Quadro 2 – Perfil dos Entrevistados	30

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1 AVALIAÇÃO	13
2.1.1 Aspectos Legais da Avaliação	14
2.1.2 Contexto Histórico da Avaliação	16
2.1.3 Concepções de Avaliação	18
2.1.3.1 Avaliação formativa	18
2.1.3.2 Avaliação somativa	19
2.1.3.3 Avaliação diagnóstica	19
2.1.3.4 Avaliação mediadora	20
2.1.4 A Importância da Educação Infantil	21
2.1.5 Avaliação na Educação Infantil	23
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	25
3.1 LOCAL DA PESQUISA	25
3.2 TIPO DE PESQUISA	26
3.2.1 Pesquisa Bibliográfica	27
3.2.2 Pesquisa Exploratória	27
3.2.3 Pesquisa Qualitativa	27
3.2.4 Estudo de caso	28
3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA	28
3.4 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	29
3.4.1 Questionário	29
3.5 ANÁLISE DE DADOS.....	29
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	30
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	35

1 INTRODUÇÃO

O estudo em questão transita pela Educação Infantil, especificamente sobre como avaliar na Educação Infantil de modo que a mesma vise uma reflexão e acompanhamento da aprendizagem e desenvolvimento dos alunos.

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, compreende a faixa etária de 0 a 5 anos de idade, sendo neste período necessário uma avaliação diferenciada levando em consideração a idade do público alvo, conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), no seu artigo nº 31, “a avaliação na Educação Infantil far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental”.

Esta pesquisa sobre como avaliar na Educação Infantil, aconteceu no ano de 2017 em uma escola Municipal de Educação Infantil, no município de Paranavaí, que atende 231 alunos em período integral, distribuídos em 11 turmas, sendo este o maior da cidade.

A pesquisa foi exploratória e teve o caráter qualitativo, realizada por meio de questionários aos professores que lecionam desde o berçário até o jardim no CMEI acima citado, visando identificar as concepções de avaliação utilizadas nesta instituição e analisar se as mesmas estão de acordo com os documentos legais que organizam a educação nessa instância.

Por meio desta pesquisa, foi possível responder as seguintes problemáticas: as concepções de avaliação mais utilizadas neste CMEI são adequadas para a faixa etária? A avaliação nesta instituição leva em consideração a aprendizagem e acompanha o processo de desenvolvimento dos seus alunos?

Para melhor compreensão da temática se fez necessário uma pesquisa bibliográfica em legislações que organizam a Educação Infantil e autores que pesquisam sobre a avaliação e a avaliação especificamente na Educação Infantil, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, Referencial Curricular para a Educação Infantil (1998); Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009), HOFFMANN (2012), ANTUNES e LUCKESI, entre outros.

O objetivo desta pesquisa foi analisar as concepções de avaliação, identificando a ideal para acompanhamento da aprendizagem e desenvolvimento das crianças na Educação Infantil.

Para melhor compreensão o texto encontra-se dividido em duas grandes temáticas: Avaliação e Educação Infantil. Sendo que na primeira foi abordado o conceito de avaliação e as suas concepções e na segunda a conceituação da Educação Infantil e o processo de avaliação nesta instância. Em seguida é apresentado os dados da pesquisa no CMEI e os resultados e discussão do trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 AVALIAÇÃO

A avaliação norteia o processo de ensino aprendizagem, desde o estabelecimento de objetivos, a metodologia e a redefinição dos objetivos propostos, visando o acompanhamento e o desenvolvimento do aluno.

A avaliação é um instrumento de reflexão sobre a prática pedagógica na busca de melhores caminhos para orientar as aprendizagens das crianças. Ela deve incidir sobre todo o contexto de aprendizagem: as atividades propostas e o modo como foram realizadas, as instruções e o apoio oferecido às crianças individualmente e ao coletivo de criança, os agrupamentos que as crianças formaram o material oferecido e o espaço e o tempo garantidos para realização das atividades. (BRASIL, 2009, p.16).

Com base nestas considerações a avaliação deve partir sempre da observação da criança, acompanhando, registrando os processos de aprendizagem, servindo de diagnóstico do aprendizado e também como base para uma reflexão do professor de sua prática educativa e redirecionamento de sua trajetória. E nesse processo deve ser levada em consideração a individualidade.

Avaliar, portanto, deve ser uma prática sistemática e constante no efetivo trabalho do professor, abrange uma compreensão ampla de todo o processo a fim de contribuir para orientar novos caminhos.

Em relação aos métodos utilizados, é importante que sejam diferenciados transcendendo a resolução de exercícios e a cobrança de memorização. O objetivo é proporcionar ao aluno situações que se assemelhem ou se aproximem daquelas que enfrentará no dia a dia, em sua prática social, que exijam a mobilização dos saberes para a resolução dos problemas, tendo em vista que ensinar, aprender e avaliar não são momentos separados, mas formam um todo em interação permanente (MACHINSKI, 2012).

Para Vasconcellos (2005) existe diferença entre Avaliação e Nota:

Avaliação é um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos. A nota, seja na forma de número, conceito, ou menção, é uma exigência formal do sistema educacional. Podemos imaginar um dia em que não haja mais escola – ou qualquer tipo de reprovação – mas certamente haverá necessidade de continuar existindo avaliação para se acompanhar o desenvolvimento dos educandos e ajuda-los em suas eventuais dificuldades. (VASCONCELLOS, 2005, p. 53)

Espera-se que o educador, por meio da avaliação consiga definir um caminho para ensinar, buscando uma forma onde os alunos entendam e aprendam melhor. A esse respeito, Vasconcellos se posiciona, declarando:

A finalidade maior da avaliação, dentro de um horizonte de uma educação dialética libertadora, numa abordagem sócio interacionista é ajudara escola a cumprir sua função social transformadora, ou seja, favorecer que os alunos possam aprender e se desenvolver, levando em conta o compromisso com uma sociedade mais justa e solidária. Considerando que a avaliação sempre pressupõe uma relação de poder, cabe redirecioná-lo: à prática excludente da atual sociedade, contrapor o projeto de uma sociedade democrática, tendo como uma das mediações para isto o trabalho com o conhecimento. (VASCONCELLOS, 2005, p. 82)

Nesse sentido, pode-se afirmar que as práticas avaliativas devem ser pensadas em cada contexto, buscando alternativas para superar o caráter classificatório e burocrático e transformá-la em um elemento importante na organização do ensino que vise à aprendizagem dos escolares.

2.1.1 Aspectos Legais da Avaliação

Além das condições objetivas e históricas da avaliação enfocadas até aqui, que influenciou e influencia o processo de ensino, e para que haja entendimento de todo o sistema que envolve a questão da avaliação institucional, é a concepção de avaliação, que está expressa na Lei de Diretrizes de Bases da Educacional, Nº 9394/96 (LDB). No capítulo II, destinado à Educação Básica, Seção I, nas disposições gerais, Art. 24, inciso V, são estabelecidos os critérios de verificação do rendimento escolar:

Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
Possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
Possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
Aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
Obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolares, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos. (BRASIL, 1996, p.11)

Quanto à avaliação da aprendizagem no Estado do Paraná, a SEED, Secretaria de Estado da Educação, na deliberação nº007/99, normatizou-a da seguinte forma:

Art. 1.º A avaliação deve ser entendida como um dos aspectos de ensino pelo qual o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e de seu próprio trabalho, com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aproveitamento dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhes valor.

§ 1.º - a avaliação deve dar condições para que seja possível ao professor tomar decisões quanto ao aperfeiçoamento das situações de aprendizagem.

§ 2.º - A avaliação deve proporcionar dados que permitem ao estabelecimento de ensino promover a reformulação do currículo com adequação dos conteúdos e métodos de ensino.

§ 3.º - A avaliação deve possibilitar novas alternativas para o planejamento do estabelecimento de ensino e do sistema de ensino como um todo. (PARANÁ, 1999, p. 1)

Ou seja, a avaliação na legislação nacional e estadual se constitui numa ação norteadora das atividades da escola para que o professor estude os dados da aprendizagem, do seu próprio trabalho visando à tomada de decisões sobre o aperfeiçoamento da aprendizagem, como também fornece elementos para que o estabelecimento de ensino reformule o currículo e repense metodologias.

Assim sendo, a avaliação não pode ser vista como um momento estanque, mas sim deve ser compreendida como um processo de transformação existente na sociedade, a existência das relações dialéticas entre avaliação e objetivos. No entanto, os dados sobre o desempenho dos alunos nas avaliações externas têm revelado a dificuldade da escola em cumprir com sua função.

2.1.2 Contexto Histórico da Avaliação

Em cada momento histórico da sociedade, a avaliação da aprendizagem esteve fundamentada pelo mesmo entendimento teórico-prático da sociedade (LUCKESI, 1987), ou seja, não é neutra, já que sofre influência das relações sociais estabelecidas pelos homens.

Nagel (1985) corrobora com essa afirmação ao afirmar que em determinados momentos históricos, a sociedade e a avaliação expressam os diferentes momentos vividos pela humanidade. Assim, para compreender o sistema avaliativo da atualidade, é necessário um retrospecto dos pressupostos teórico-metodológicos que concebem a avaliação como mediadora da aprendizagem.

Na Grécia antiga, cada indivíduo era destinado a exercer um papel na sociedade, alguns pensavam e outros trabalhavam. “Cada pessoa atingia o fim para qual estava predestinado” (Nagel, 1985), nessa visão o homem raciocina com precisão por meio de treinamentos intelectuais e a desigualdade social era uma marca nesta sociedade.

Cada sujeito da sociedade nascia com a predestinação de ser escravo, artesão ou cidadão; este último, com direito absoluto ao ócio. O direito ao ócio, o direito ao tempo total para dedicar a pensar, argumentar, discursar, o cidadão só possuía porque o trabalho escravo – considerado natural e necessário para todos – supria todas as necessidades da vida e/ou de sobrevivência material desse cidadão. (NAGEL, 1985, p. 3)

Nessa época cada indivíduo era avaliado dentro de sua categoria de trabalho e pela qualidade de seus serviços, assim o objetivo da avaliação era manter a sociedade da maneira como estava organizada. Segundo Saviani (2009), na antiguidade grega o homem era livre e o escravo não era considerado ser humano. Então, essa sociedade era considerada perfeita, cada um realizando as atividades para as quais haviam nascido.

Na visão Feudal, idade média, o sistema educativo era influenciado pela religião. Na escola era ensinado apenas conteúdo de ordem religiosa, sendo este o conhecimento indispensável para o homem, que deveria se empenhar para o desenvolvimento espiritual e religioso. Os instrumentos de avaliação eram utilizados para que cada um conseguisse atingir o supremo bem do homem, que era a felicidade celeste.

A preocupação com o conhecimento religioso exigia “instrumento de avaliação” para que cada um conseguisse atingir a felicidade celeste, o supremo bem do homem. A preocupação com a ordem social por sua vez exigia também mecanismos de avaliação para a correção de comportamento de homens, na sociedade, que pudessem querer subverter a estrutura sociais já definidos por leis divinas. (NAGEL, 1985, p. 5)

Neste contexto, onde cada homem já nascia com um lugar definido na sociedade, não alterava muito da visão grega, a diferença é que essas desigualdades deveriam ser preservadas em nome de Deus, tirando a responsabilidade do homem.

Na visão moderna o trabalho humano começa a ser valorizado como fonte de riqueza para melhorar a condição de vida das pessoas. O trabalho é concebido como propriedade de quem o realizou. A partir desse momento o discurso de igualdade entre homens passa a se concretizar. Não mais se justificando o poder dos papas e dos reis, nem a escravidão. O homem é livre para trabalhar ou não, para vender ou não a sua força de trabalho, é livre para participar das decisões do Estado (SAVIANI, 2009)

A esse respeito, Nagel (1995), completa:

Se alguém produzisse através do trabalho mais do que o necessário, poderia então, vender o excedente. Nesse momento, as provisões que servem para o sustento da vida humana só tendem a crescer. O melhoramento das técnicas de trabalho só aumentou essas provisões, e essa abundância confirmava a possibilidade de igualdade de todos os homens que não sofreriam de faltas e necessidades. (NAGEL, 1985, p. 5)

A avaliação neste contexto, já não se encontra pautada na visão grega e feudal, já que a sociedade deixa de ser estática. Assim, é necessário avaliar as questões que contribua para a continuidade do desenvolvimento humano, fundamentado no “ estudo e ensinamento das coisas da natureza e da possibilidade de suas transformações” (NAGEL, 1985, p. 5).

Constata-se então que em cada período histórico a organização da sociedade está extremamente ligada à forma com que os homens se organizam para produzir a subsistência material.

Segundo Nagel (1985) na visão contemporânea, o homem dominou os meios de produção, criou fábricas, gerou empregos, dominou a natureza, no entanto, não conseguiu acabar com a desigualdade social. “O homem apareceu como um animal racional que trabalha e tem sucesso. Mas esse homem, se conseguiu dominar a natureza, não realizou a prometida igualdade entre os homens” (NAGEL, 1985, p. 6).

Ainda de acordo com a autora, diante desta realidade, onde permeia a ausência de respostas sobre a manutenção das desigualdades sociais surgem justificativas para tentar explicá-la:

Dentre as justificativas para essa realidade aparecem às explicações das diferenças, como “questões ligadas às raças”, como “questões ligadas à cultura”, como “questões ligadas ao subdesenvolvimento” [...] A pedagogia também se dispôs a justificar essas diferenças, e trouxe os testes de inteligência, as demonstrações matemáticas das diferenças individuais [...] Trouxe também, com estas explicações, muitos métodos para ensinar “aos diferentes”. Assim como trouxe, juntas, no mesmo pacote as frágeis explicações para o insucesso escolar. (NAGEL, 1985, p. 6)

Nessa perspectiva, observa-se que a escola foi construída e influenciada pelo momento social de cada época, e não pelo bem do cidadão. Realidade que permeia até os dias de hoje, já que a escola vivencia um momento no qual não existe garantia nenhuma de êxito social, no entanto, vai tentando cumprir sua função de ensinar. Vale ressaltar que a escola só passa a fazer parte da história se conhecê-la e intervir no processo de forma a ajudar a resolver os problemas suscitados. Como coloca Saviani (2008, p. 93) “consequentemente a educação também interfere sobre a sociedade, podendo contribuir para a sua própria transformação”.

2.1.3 Concepções de Avaliação

2.1.3.1 Avaliação formativa

A avaliação formativa ocorre durante todo o ano letivo, e contribui para melhorar a aprendizagem, à medida que informa tanto ao professor quanto ao aluno sobre o processo de ensino-aprendizagem.

(...) uma avaliação formativa informa os dois principais atores do processo. O professor, que será informado dos efeitos reais de seu trabalho pedagógico, poderá regular sua ação a partir disso. O aluno, que não somente saberá onde anda, mas poderá tomar consciência das dificuldades que encontra e tornar-se-á capaz, na melhor das hipóteses, de reconhecer e corrigir ele próprio seus erros. (HADJI, 2001, p 20)

Nessa concepção de avaliação, o professor deve acompanhar o desenvolvimento de seus alunos diariamente.

A avaliação é formativa quando o professor contribui para a regulação das aprendizagens no sentido de domínio, numa concepção particular dos objetivos, da aprendizagem ou da intervenção didática, não esquece que é preciso de um aprendiz, um professor para organizar e gerir as situações didáticas. (PERRENOUD, 1999, p.75)

E ainda os Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil apontam como deve ser a avaliação formativa:

No que se refere à avaliação formativa, deve ter em conta que não se trata de avaliar a criança, mas sim as situações de aprendizagem que foram oferecidas. Isso significa dizer que a expectativa em relação à aprendizagem da criança deve estar sempre vinculada às oportunidades e experiências que foram oferecidas a elas. (BRASIL, 1989, p. 50)

2.1.3.2 Avaliação somativa

A avaliação somativa ocorre ao final de um período da aprendizagem, e é centrada nos resultados. Tem como foco classificar os resultados dos alunos, com objetivo de promovê-lo para outra série.

A avaliação somativa supõe uma comparação, porque o aluno é classificado de acordo como nível de aproveitamento e rendimento atingido, geralmente em comparação com os colegas, isto é, com a classe. A ênfase no aspecto comparativo é própria da escola tradicional. (HAYDT, 2000, p. 294)

Nessa concepção de avaliação a criança é classificada para aprovação ou reprovação, atribuindo-lhe notas de acordo com seu desempenho nos exames.

E Hoffmann (2012) considera a comparação de alunos como algo muito sério, não levando em conta as suas singularidades, que cada um tem seu ritmo que deve ser respeitado.

A avaliação somativa não é ideal para avaliar os alunos na educação infantil, pois não se faz acompanhamento da sua aprendizagem e desenvolvimento ao longo do processo.

2.1.3.3 Avaliação diagnóstica

A avaliação diagnóstica ocorre no início do processo de ensino-aprendizagem, no intuito de informar o professor sobre o nível de conhecimento e dificuldade de seus alunos, orientando no planejamento de suas ações.

E conforme Luckesi (1987, p.47) “avaliar é o ato de diagnosticar uma experiência, tendo em vista reorientá-la para produzir o melhor resultado possível; por isso, não é classificatória, nem seletiva, ao contrário, é diagnóstica e inclusiva”.

2.1.3.4 Avaliação mediadora

Segundo Hoffmann (2012) na avaliação mediadora a postura do professor, deve ser com olhar observador e reflexivo, sobre as crianças, visando acompanhar sua aprendizagem, desenvolvimento e ainda, redefinir postura e reorganizar o ambiente.

A mesma autora ainda ressalta:

Mediação significa um estado de alerta permanente do professor que acompanha e estuda a história da criança em seu processo de desenvolvimento. Entendida dessa forma, a avaliação mediadora é um processo espontâneo sem ser espontaneísta. Ou seja, é espontâneo à medida que admira cada criança em suas manifestações diversas e singulares do dia-a-dia. Não é um processo espontaneísta, uma vez que essa admiração e respeito se fundamentam em premissas teóricas consistentes sobre a construção do conhecimento e na definição de objetivos significativos que embasem a observação, a reflexão e a ação pedagógica. (HOFFMANN, 2012, p. 45 e 46)

Nessa concepção o professor deve respeitar o ritmo e individualidade de cada criança, valorizando suas produções, sua criatividade, criando oportunidades para que se desenvolva em todos os aspectos. E ainda tentar entender o seu pensamento e ações.

2.1.4 A Importância da Educação Infantil

Para que avaliação esteja em conformidade com educação infantil é necessário conhecer a importância desta etapa.

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é direito das crianças de 0 a 5 anos, porém só se torna obrigatória aos 4 anos de idade na denominada pré-escola. No Brasil, por anos, manteve um caráter assistencialista. Somente com a criação da Lei nº 9394 de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que essa modalidade de ensino passou a ser compreendida como a primeira etapa da educação básica, com intuito de garantir o desenvolvimento integral das crianças em seus aspectos: físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

No Brasil, além da LDB nº 9394 de 1996 que rege toda a educação brasileira, há também o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI), um documento elaborado pelo Ministério da Educação no ano de 1998, que organiza toda a Educação Infantil, apresentando noções de cuidar e educar; conteúdos e objetivos; e organizando toda a estrutura e condições do ambiente escolar para faixa etária.

A Educação Infantil tem como objetivo garantir o desenvolvimento integral das crianças, sendo assim, é imprescindível compreender que a criança ao ingressar na escola, traz consigo conhecimentos, saberes, hábitos, sentimentos e sonhos adquiridos em seu convívio familiar. Portanto, ao iniciar a sua vida acadêmica esses saberes devem ser conhecidos e respeitados.

Vygotsky (1984) compactua dessa ideia e afirma que desenvolvimento e aprendizado estão inter-relacionados desde o primeiro dia de vida da criança, para ele o aprendizado começa muito antes das crianças frequentarem as escolas, pois toda a situação de aprendizagem escolar tem antes uma história prévia. O autor ainda afirma que a diferença é que o aprendizado escolar está voltado para a assimilação do conhecimento científico.

A Educação Infantil deve compreender a criança como um sujeito social e atender as suas peculiaridades. Sendo de fundamental importância a formação dos docentes conforme determina o artigo 62 da LDB 9394/96:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação

mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (BRASIL, 1996, p.27).

Outro aspecto a ser levado em consideração é a instituição criar procedimentos para o acompanhamento do trabalho pedagógico e avaliação do desenvolvimento das crianças, subsidiando atender o que preconiza a Lei de Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, sem objetivo de promoção, seleção ou classificação, garantindo:

- I - A observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;
 - II - Utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);
 - III - A continuidade dos processos de aprendizagem por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);
 - IV - Documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;
 - V - A não retenção das crianças na Educação Infantil,
- (BRASIL, 2009, p. 29)

O RCNEI ao abordar sobre os processos de aprendizagem também defende que a aprendizagem acontece de forma dialética, através da relação com os novos conteúdos e os conhecimentos prévios. Assim:

É, portanto, função do professor considerar, como ponto de partida para sua ação educativa, os conhecimentos que as crianças possuem, advindos das mais variadas experiências sociais, afetivas e cognitivas a que estão expostas. Detectar os conhecimentos prévios das crianças não é uma tarefa fácil. Implica que o professor estabeleça estratégias didáticas para fazê-lo. Quanto menores são as crianças, mais difícil é a explicitação de tais conhecimentos, uma vez que elas não se comunicam verbalmente. A observação acurada das crianças é um instrumento essencial nesse processo. Os gestos, movimentos corporais, sons produzidos, expressões faciais, as brincadeiras e toda forma de expressão, representação e comunicação devem ser consideradas como fonte de conhecimento para o professor sobre o que a criança já sabe. Com relação às crianças maiores, podem-se também criar situações intencionais nas quais elas sejam capazes de explicitar seus conhecimentos por meio das diversas linguagens a que têm acesso. (BRASIL, 1998, p.33).

O mesmo documento entende a avaliação na Educação Infantil como sendo ações das crianças, que visam orientar aos profissionais da educação a refletir sobre o processo ensino aprendizagem e realizar ações que sanem as necessidades apontadas pelas crianças.

2.1.5 Avaliação na Educação Infantil

E no enfoque deste trabalho que é a avaliação da educação infantil, a mesma deve ser diferenciada levando em consideração a idade do público alvo, 0 a 05 anos de idade, e conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Nº 9.394/96), no seu artigo nº31, “a avaliação na Educação Infantil far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental”.

Segundo o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil vol. 1 a avaliação “é entendida, prioritariamente, como um conjunto de ações que auxiliam o professor a refletir sobre as condições de aprendizagem oferecidas e ajustar sua prática às necessidades colocadas pelas crianças”. (BRASIL, 1998, p.59).

Sendo assim cabe ao professor planejar atividades que priorizem as necessidades das crianças, criando oportunidades para o avanço de sua aprendizagem e desenvolvimento. E ainda oportunize que acompanhem seus progressos, suas dificuldades, e suas potencialidades durante o processo de aprendizagem.

De acordo com Luckesi (1987, p. 31) “a avaliação da aprendizagem, por ser avaliação, é amorosa, inclusiva, dinâmica e construtiva”, assim cabe ao professor refletir sobre sua prática de avaliação, se realmente está promovendo o progresso e desenvolvimento dos alunos.

E segundo Romão (2003) a avaliação da aprendizagem é um processo que visa observar as crianças em suas potencialidades, seus limites e ritmos, e orientar assim o melhor caminho a ser trilhado pelo professor em suas ações.

Ainda Ortiz e Carvalho frisam a importância do olhar atento do professor quando afirmam:

Olhar atento é olhar sensível, olhar cuidadoso, olhar que espera, olhar que antecipa, prevê, planeja, organiza. Olhar que conhece, acolhe, envolve, oferece afeto, põe limites, dá segurança, indica caminhos. Olhar de quem acompanha e se envolve em um processo repleto de detalhes e riquezas. (Ortiz e Carvalho, 2012, p. 173)

Para Antunes (2002) a avaliação da aprendizagem só será eficiente se for contínua, durante todo o período escolar, e não apenas em determinados momentos.

E Hoffmann (2012, p. 38) concorda com Antunes quando diz que “avaliar é construir estratégias de acompanhamento da história que cada criança vai construindo ao longo de sua vivência na instituição e fora dela, participando dessa história”.

De acordo com Vasconcellos (2005, p 69) “é preciso ousar, investigar, procurar caminhos para assegurar a aprendizagem”.

Considerando que a avaliação é um processo contínuo, e que o ponto de partida é da educação infantil, é muito importante que o professor defina qual é a sua concepção de avaliação a partir da análise de diferentes concepções.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo foi abordado o local da pesquisa de campo; os tipos de pesquisas; os procedimentos; a apresentação da população pesquisada; as técnicas e os instrumentos que foram utilizados, também a análise dos dados.

3.1 LOCAL DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada num Centro Municipal de Educação Infantil, no Município de Paranaíba – Paraná.

Segundo informações contidas no Projeto Político Pedagógico, é mantida pela Prefeitura Municipal e Administrada pela Secretaria Municipal de Educação, criada em 1978, através da Lei 860/78 na administração do Prefeito Dr. José Vaz de Carvalho, o poder executivo firmou convênio com a Caixa Econômica para a construção do “CSU” Centro Social Urbano.

Este convênio só foi possível de se realizar com a intervenção do então Deputado Federal Sr. Flávio Ettore Giovine.

Deu-se início ao trabalho social com projetos visando um resgate de cidadania, bem-estar social e direitos de igualdade.

Foi implantado neste local para melhor atender a comunidade o Centro Municipal de Educação Infantil, a princípio, esta creche teria por objetivo atender apenas filhos de funcionários públicos municipais, porém esta demanda foi mínima perante aquela demonstrada pela população do bairro onde se localiza bem como os bairros localizados na proximidade. Visto isso, a meta desta instituição passou a ser o atendimento à comunidade.

As turmas da Educação Infantil serão organizadas de acordo com a Deliberação 02/14-CEE, artigo 9º:

- I - do nascimento a um ano de idade - até seis crianças por professor;
- II - de um a dois anos de idade - até oito crianças por professor;
- III - de dois a três anos de idade - até doze crianças por professor;
- IV - de três a quatro anos de idade - até quinze crianças por professor;
- V - de quatro e cinco anos de idade - até vinte crianças por professor.

NÍVEL	PERÍODO	METRAGEM DA SALA	QUANTIDADE: CRIANÇAS	QUANTIDADE: PROFESSORES
BERÇÁRIO I	INTEGRAL	100,82M ²	20	3
BERÇÁRIO II A	INTEGRAL	75,97M ²	21	3
BERÇÁRIO II B	INTEGRAL	75,97M ²	21	3
MATERNAL I A	INTEGRAL	55,40M ²	21	2
MATERNAL I B	INTEGRAL	36,32M ²	22	2
MATERNAL II A	INTEGRAL	40,78M ²	22	2
MATERNAL II B	INTEGRAL	39,64M ²	21	2
MATERNAL II C	INTEGRAL	55,40M ²	21	2
INFANTIL 4 A	INTEGRAL	62,59M ²	22	1
INFANTIL 4 B	INTEGRAL	40,95M ²	20	1
INFANTIL 4 C	INTEGRAL	24,15M ²	20	1

Quadro 1 – Número de Criança Atendida Conforme Área Determinada pela Resolução 0162/05-SESA

Fonte: Projeto Político Pedagógico do CMEI

3.2 TIPO DE PESQUISA

Para a efetivação deste trabalho foi realizado pesquisas em estudos bibliográficos que comprovam os apontamentos de autores que tratam da temática. Bem como pesquisa exploratória de caráter qualitativa.

3.2.1 Pesquisa Bibliográfica

Quanto a pesquisa bibliográfica, segundo GIL (2002) é desenvolvida com base em materiais já elaborados, constituído principalmente de livros, artigos científicos, teses e dissertações. Importante para coletar informações que subsidiem o tema proposto, buscando aprofundar sobre o assunto.

3.2.2 Pesquisa Exploratória

De acordo com Gil (2002) as pesquisas exploratórias “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torna-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. E ainda ressalta:

Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que “estimulem a compreensão” (SELLTIZ et al., 1967, p. 63 apud GIL, 2002, p.41).

3.2.3 Pesquisa Qualitativa

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento a pesquisa exploratória de caráter qualitativo, portanto a pesquisa de campo desenvolvida com oito professoras que atuam na educação infantil, com turmas do berçário ao jardim I, no Centro Municipal de Educação Infantil, por meio de questionários, com nove questões, sendo quatro perguntas fechadas e cinco abertas relacionadas a avaliação na educação infantil.

A respeito da pesquisa qualitativa Goldenberg (1997) aponta:

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo

da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GOLDENBERG, 1997, p. 34).

3.2.4 Estudo de caso

O estudo de caso foi utilizado com o objetivo de conseguir resposta abordada na pesquisa quanto às concepções de avaliação utilizadas na instituição e se estão de acordo com os documentos legais que organizam a educação nesta instância.

Segundo GIL (2002) o estudo de caso “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados”.

Foi utilizado estudo de caso exploratório.

3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população que fez parte desta pesquisa foram oito professores regentes, graduadas e pós-graduadas na área da educação, sendo uma do berçário I, duas do berçário II, uma do maternal I, duas do maternal II e duas do jardim I,

Sendo algumas com bastante experiência na educação infantil. No questionário os professores foram mantidos no anonimato a fim de evitar a inibição e motivar a sinceridade. Selecionadas por se proporem a responder o questionário contribuindo com a pesquisa.

3.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

3.4.1 Questionário

Os dados foram coletados por meio de questionário, com 10 questões, elaborados de maneira a permitir extrair informações que subsidiem analisar se as concepções de avaliação utilizadas estão de acordo com os documentos legais que

organizam a educação infantil, e se privilegiam a aprendizagem e desenvolvimento das crianças,

O questionário apresenta quatro perguntas fechadas e seis abertas, permitindo identificar sexo do entrevistado; a série de atuação; tempo de exercício na profissão; sua concepção pessoal sobre o que é avaliação e qual o objetivo; em qual o momento avalia seus alunos; como observa e faz os registros da avaliação das crianças e qual a concepção de avaliação utilizada com seus alunos. As questões abertas permitem respostas livres, com linguagem própria, além de poder expressar opiniões.

De acordo com Marconi, Lakatos (2002), “o questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

3.5 ANÁLISES DOS DADOS

O questionário elaborado foi analisado no intuito de conhecer a metodologia pedagógica de avaliação da educação infantil da respectiva instituição.

Também foi feita análise documental e bibliográfica

O primeiro passo antes da análise dos dados foi a elaboração de tabulações para melhor visualização dos mesmos, a partir de quadro, permitindo avaliar quais foram os resultados e o que eles significam.

A análise foi fundamentada em conformidade com autores pesquisados sobre o tema.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com os dados coletados no questionário com perguntas fechadas foi elaborada uma tabela para análise do perfil do entrevistado.

Professor	Sexo	Turma de	Formação	Tempo de Atuação
-----------	------	----------	----------	------------------

		Atuação	Acadêmica	
A	Feminino	Berçário I	Magistério/ Especialização	0 a 5 anos
B	Feminino	Berçário II	Magistério	+ 15 anos
C	Feminino	Berçário II	Magistério/ Especialização	0 a 5 anos
D	Feminino	Maternal I	Magistério/ Pedagogia	10 a 15 anos
E	Feminino	Maternal II	Magistério/ Especialização	0 a 5 anos
F	Feminino	Maternal II	Magistério/Pedagogia	5 a 10 anos
G	Feminino	Jardim I	Magistério	+ 15 anos
H	Feminino	Jardim I	Magistério/ Especialização	0 a 5 anos

Quadro 2 – Perfil do Entrevistado

Fonte: autoria própria

Conforme demonstrado no quadro os entrevistados foram mantidos no anonimato sendo identificados por letras; e de acordo com o perfil analisado, os professores participantes da pesquisa, são todos do sexo feminino; sendo 01 (um) profissional do berçário I, 02 (dois) do berçário II; 01 (um) do maternal; 02 (dois) do maternal II, e 02 (dois) do jardim I.

Quanto à formação acadêmica todos possuem magistério, sendo 06 (seis) graduados em pedagogia e 04 (quatro) com especialização na área de educação. Comprovando que os profissionais entrevistados estão em conformidade com o que determina o Artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (BRASIL, 1996, p.27).

A primeira questão, aberta, levantada na pesquisa foi identificar sobre o que é avaliação na educação infantil, segundo a concepção dos professores. Para o professor A, a avaliação na educação infantil deve ter como objetivos auxiliar o processo de aprendizagem, fortalecer a autoestima da criança e orientar as ações

pedagógicas, pois a criança é um ser social com capacidade afetiva, emocional e cognitiva. Destaca não só o objetivo da avaliação, como também explica a razão: a criança é um ser social.

Neste sentido o RCNEI (BRASIL, 1988, p. 33) frisa que o professor deve considerar “como ponto de partida para sua ação educativa, os conhecimentos que as crianças possuem, advindos das mais variadas experiências sociais, afetivas e cognitivas a que estão expostas”.

Para as professoras B e também para a E, a avaliação é feita de forma contínua por meio da observação crítica e reflexiva do desenvolvimento, e verificação do desempenho dos educandos ao longo do período letivo, respeitando os limites e potencialidades de cada um, de acordo com a faixa etária.

De acordo com o ponto de vista da professora C não se pode julgar, e sim acompanhar um percurso de vida da criança, durante o qual ocorrem mudanças em múltiplas dimensões com a intenção de favorecer o máximo possível seu desenvolvimento, pois a avaliação é um instrumento de reflexão sobre a prática pedagógica na busca de melhores caminhos para orientar a aprendizagem das crianças. Podendo constatar que a resposta foi extraída da obra de Hoffmann 2012, página 13.

Quanto a professora D, enfatiza que a avaliação na educação infantil é observar a criança individualmente, considerando assim o seu desenvolvimento.

Segundo a professora F, considera a fase escolar mais importante na vida de qualquer pessoa.

Para a professora G, é uma prática constante no processo de ensino e aprendizagem da criança.

Embora haja respostas bem diferenciadas, Ortiz e Carvalho (2012) confirmam que realmente existem concepções diferentes sobre o que vem a ser avaliação em Educação Infantil.

A segunda questão abordada na pesquisa foi identificar o objetivo da avaliação na educação infantil na opinião de cada participante.

Segundo as professoras A e F é auxiliar as crianças no processo de aprendizagem e perceber se o que está sendo trabalhado vem alcançando o objetivo da aprendizagem.

Já para as professoras B, D e, E o objetivo da avaliação é observar o desenvolvimento, os avanços alcançados pela criança, também para o professor

rever suas práticas. Seguindo esse raciocínio as professoras G e H afirmam que é necessária para obter informações sobre os avanços e as dificuldades de cada um, e ainda analisar se está sistematizando o que o que lhe foi proposto.

A professora C ressaltou a importância de acolher com afeto. Segundo ela o processo avaliativo só se desenvolve em um cenário educativo construído nessa perspectiva. E conforme Luckesi (2003) o acolhimento é o ponto de partida para qualquer prática de avaliação.

O objetivo da terceira questão foi verificar em que momento as professoras avaliam seus alunos, onde se percebeu que houve semelhanças nas respostas das professoras A, B, C, F, G e H que apontaram que avaliam as crianças em todos os momentos, ao longo de todo o processo de ensino e aprendizagem, principalmente por meio da observação. Reafirmando a opinião de Antunes (2004) que a avaliação da aprendizagem se for contínua, durante todo o período escolar e não em alguns momentos.

A professora D avalia seus alunos ao final de cada atividade, observando a participação nas atividades propostas, se os objetivos foram alcançados.

E ainda a professora E, escreve que a avaliação é feita no decorrer do ano letivo, sendo ela escrita ou apenas avaliada na prática em sala de aula.

Na quarta questão que refere sobre: se costumam observar, fazer registros, quando e como; todos os professores afirmaram fazer observações, sendo que o A, B, D, E e a G realizam diariamente; enquanto o C e o H, não especificou quando; e o F esporadicamente. E todos alegaram fazer registros, diferindo na forma, o professor A, B e o E não especificaram; o C em fichas; o D no caderno, e no final de cada bimestre preenche uma ficha avaliativa que é dividida por eixos; o F na realização de atividades; o F, G e o H, por meio de relatórios individuais, sendo ainda que o G e o H relatam os avanços e dificuldade.

O resultado da pesquisa aponta que a conduta dos professores quanto a observação e registro contribui para o acompanhamento do processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos e o permitir ao professor redirecionar sua prática pedagógica.

Na última questão sobre qual a concepção de avaliação utiliza com os alunos, A, B, C informaram ser a mediadora; o D relata que se baseia na LDB (Lei de Diretrizes e Bases) seção 11 no artigo 31, "avaliação far-se-a mediante ao acompanhamento e registro de seu desenvolvimento, sem objetivo de promoção,

mesmo para o acesso ao ensino fundamental”; o E não informou, apenas relatou que avalia se o progresso do aluno está de acordo com a faixa etária; o F avalia conforme o amadurecimento na realização das atividades; o G e o H fugiram ao foco.

Quanto ao conhecimento das concepções de avaliação da educação infantil percebe-se que a maioria teve dificuldade em citar, porém na análise foi possível concluir que a mais utilizada é a mediadora, que conforme Hoffmann (2012) visa acompanhar a aprendizagem e desenvolvimento da criança. A resposta de alguns professores evidencia ainda a opinião de Hoffmann:

“Embora os avanços tenham sido significativos, resultando, inclusive, em determinações legais de educação nesta direção o panorama mais amplo das instituições públicas e assistenciais, principalmente, carece ainda da construção de concepções claras e seguras, de uma prática avaliativa de natureza própria e realmente voltada à educação das crianças de 0 a 06 anos”. (HOFFMANN, 2012 p.11).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na educação infantil, primeira etapa da educação básica que atende crianças na faixa etária de 0 a 05 anos de idade, a avaliação que norteia o processo de ensino aprendizagem deve ser diferenciada, no sentido de acompanhar a aprendizagem e desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção.

O estudo de caso permitiu delinear o perfil dos professores: sendo que todos apresentam formação no magistério. E nesta perspectiva podemos concluir também que a maioria possui graduação, alguns até mesmo com especialização. Este dado vem contemplar a pesquisa bibliográfica na legislação, mostrando que as qualificações dos profissionais estão além da exigência preconizada, que estabelece o magistério com exigência mínima para atuação na educação infantil.

O resultado das perguntas abertas, sobre o que é, e qual o objetivo da avaliação infantil segundo a concepção de cada professor, retrata que embora com diferentes definições e até mesmo cópia de autores, todos definiram avaliação. Fato considerado positivo, pois é o princípio de uma avaliação adequada para acompanhamento da aprendizagem e desenvolvimento das crianças.

A última questão, base para o trabalho proposto, permitiu constatar que a mais utilizada é a mediadora, até mesmo os que não explicitaram, mas, a partir da descrição e conforme os conhecimentos adquiridos com os referenciais teóricos levaram a concluir que também utilizam da mesma concepção. E a concepção mediadora está em conformidade com a legislação, avaliação sem o objetivo de promoção, seleção ou classificação, reafirmando que os professores que a utilizam estão de acordo com a legislação e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil no sentido de registro e acompanhamento.

Pautada na análise do estudo de caso e nos referenciais teóricos que subsidiaram concluir o trabalho, ressalta-se que avaliação, no Centro Municipal e Educação Infantil de Paranaíba, estão de acordo com os documentos legais que organizam a educação nesta instância e é realmente adequada para acompanhamento da aprendizagem e desenvolvimento das crianças na educação infantil, justificada pelo perfil profissional de seus professores.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. **A avaliação da aprendizagem escolar**: fascículo 11. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002;

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº9394/96**. Brasília, 1996. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 14 mar.2018;

----- . Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil**/Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB.2010;

_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF. 1998;

Paranavaí. **Projeto Político Pedagógico Centro Municipal de Educação Infantil Cecília Vecchiati Giovine**. 2017;

_____. **Parecer CNE/CEB nº 20/2009 Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb020_09.pdf>. Acesso em 14 mar.2018;

HADJI, Charles. **Avaliação desmistificada**. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001;

HAYDT, Regina C. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2000;

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e educação infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. 18^a ed. Porto Alegre: Mediação, 2012;

MACHINSKI, Eliana Santos. **Outros olhares na avaliação**. Artigo apresentado como parte das exigências do Programa de Desenvolvimento Educacional. PDE, 2012. Disponível em:
<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2012/2012_uepg_ped_pdp_eliana_santos_machinski.pdf> Acesso em: 30 de abr. de 2018;

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas 2003;

NAGEL, Lizia H. **Avaliação do individual ao coletivo**. Mimeo, 1985;

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1987;

_____. **Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática**. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2003;

ORTIZ, Gisele; CARVALHO Maria Teresa Venceslau de. **Interações**: ser professor de bebês – cuidar, educar e brincar, uma única ação. São Paulo: Blucher, 2012;

PARANÁ, Conselho Estadual de Educação. **Deliberação nº 007/99**. Normas Gerais para a Avaliação e Aproveitamento Escolar, Recuperação de Estudos e Promoção;

PERRENOUD, Phillippe. **Avaliação da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999;

ROMÃO, José E. **Avaliação dialógica**: desafios e perspectivas, 5ª ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003;

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia** – 41. ed. Revista – Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2009;

_____. **Pedagogia histórico-crítica**: Primeiras aproximações. 10. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2008;

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Avaliação da aprendizagem**: práticas de mudança por uma práxis transformadora, 7ª ed. São Paulo: Libertad, 2005;

VYGOTSKY, L.S. **A formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

APÊNDICE A – Questionário para Docentes

Pesquisa para a Monografia da Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino – EAD UTFPR, por meio de um questionário, objetivando. Averiguar se a avaliação, num Centro Municipal e Educação Infantil, de Paranaíba, está de acordo com os documentos legais que organizam a educação nesta instância e se é realmente adequada para acompanhamento da aprendizagem e desenvolvimento das crianças na educação infantil,

Local da Entrevista: Centro Municipal e Educação Infantil

Cidade/Escola): Paranaíba Data: 05/03/2018

Perfil do entrevistado

Sexo

- () feminino
() masculino

Qual a turma que atua nesta instituição?

- () BERÇARIO
() MATERNAL
() JARDIM

Qual sua formação acadêmica?

- () Magistério
() Ensino Superior. Qual?
() Pós Graduação. Qual?

O que é avaliação na educação infantil, segundo a sua concepção?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

Qual é o objetivo da avaliação na educação infantil, para você?

.....
.....
.....
.....

Em que momento você avalia seus alunos?

.....
.....
.....
.....

Você costuma observar e fazer registros? Quando e Como?

.....
.....
.....
.....

Qual a concepção de avaliação você utiliza com seus alunos?

.....
.....
.....
.....